



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**  
(Do Sr. Gustavo Gayer)

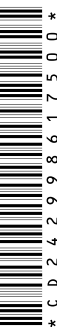
Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que a Caixa Econômica Federal realizou uma revisão e ajustes nos contratos do programa “Desenrola Fies”, causando surpresa aos estudantes que aderiram à renegociação de dívidas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda, quanto a notícia que a Caixa Econômica Federal realizou uma revisão e ajustes nos contratos do programa “Desenrola Fies”, causando surpresa aos estudantes que aderiram a renegociação de dívidas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) Qual foi o processo de comunicação adotado pela Caixa Econômica Federal para informar os estudantes sobre as mudanças nos contratos do programa “Desenrola Fies”?
- 2) Por que muitos beneficiários só foram informados das alterações após aderirem ao programa?
- 3) O Ministério da Fazenda está ciente do impacto financeiro negativo que essas mudanças nos contratos podem causar nos estudantes?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 12/08/2024 15:47:49.220 - MESA

RIC n.3086/2024

- 4) Houve uma análise prévia do impacto dessas revisões nas condições financeiras dos beneficiários antes de implementar os ajustes?
- 5) As alterações nos contratos foram justificadas pela necessidade de conformidade com diretrizes regulatórias. Quais foram essas diretrizes específicas que exigiram tais mudanças? Por que elas não foram previstas na formulação original do programa?
- 6) Existe a possibilidade de reavaliar as novas condições contratuais impostas pela Caixa, especialmente nos casos em que os estudantes foram prejudicados?
- 7) Qual é o procedimento para os beneficiários que desejam contestar ou renegociar os novos termos?
- 8) Qual foi o papel do Ministério da Fazenda na supervisão e aprovação das alterações contratuais realizadas pela Caixa Econômica Federal no programa “Desenrola Fies”?
- 9) Houve uma coordenação entre o Ministério e a Caixa para garantir que os direitos dos estudantes fossem preservados?
- 10) Quais medidas estão sendo consideradas para mitigar o impacto das revisões nos contratos para os estudantes?
- 11) Existe algum plano para oferecer suporte adicional ou orientação financeira aos beneficiários afetados?
- 12) Como o Ministério da Fazenda pretende monitorar e fiscalizar a implementação dessas novas condições contratuais pela Caixa?



\* C D 2 4 2 9 9 8 6 1 7 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 12/08/2024 15:47:49.220 - MESA

RIC n.3086/2024

13) Haverá alguma auditoria ou avaliação independente para garantir que as mudanças estão sendo aplicadas de maneira justa e transparente?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Fazenda, entenda como relevantes, para entender o papel do Ministério da Fazenda na supervisão dessas ações.

**JUSTIFICAÇÃO**

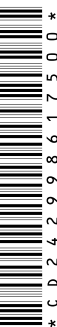
A recente revisão e ajuste nos contratos do programa “Desenrola Fies” realizada pela Caixa Econômica Federal pegou de surpresa muitos estudantes que haviam aderido à renegociação de suas dívidas.

O programa, que visa oferecer condições mais favoráveis para que os beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) regularizem suas pendências financeiras, prometia um alívio para aqueles que enfrentavam dificuldades em manter seus compromissos.

Segundo notícias<sup>1</sup>, uma revisão de contratos do programa Desenrola Fies assustou os estudantes que aderiram à renegociação de dívidas de financiamento estudantil. A advogada Thais Otoni Silva aderiu ao Desenrola Fies e conseguiu um desconto de 92%: a dívida de R\$ 83 mil caiu para R\$ 7,5 mil. Ela já pagou sete das 15 parcelas de R\$ 500, mas quando baixou, na internet, a prestação que vence em agosto, teve um susto. *“Eu deparei com um boleto de R\$ 2 mil e meu saldo devedor em R\$ 17 mil. Ou seja, praticamente triplicaram a minha dívida”*, conta.

O Desenrola Fies oferece os dois maiores descontos na renegociação da dívida para quem está inscrito no Cadastro Único, que tem direito a programas sociais, ou para quem recebeu auxílio emergencial em 2021. Os demais recebem um desconto menor. Agora, a Caixa, um dos bancos responsáveis pelo financiamento, revisou os registros e fez ajustes em contratos.

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/08/08/erro-no-desenrola-fies-assusta-estudantes-que-aderiram-a-renegociacao-de-dividas-de-financiamento-estudantil.ghtml>



\* C D 2 4 2 9 9 8 6 1 7 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 12/08/2024 15:47:49.220 - MESA

RIC n.3086/2024

Também, a reportagem expõe que quem teve mudança no contrato - como no caso da Thais - disse que recebeu aviso por mensagem de texto e no aplicativo do Fies e se não aceitasse as novas condições, receberia de volta os valores já pagos e poderia solicitar uma nova renegociação.

Ressalta-se, que as alterações nos contratos, que incluem novas cláusulas e mudanças nas condições previamente acordadas, geraram apreensão entre os estudantes. Muitos alegam que as mudanças não foram comunicadas com clareza e que, em alguns casos, as novas condições tornaram-se menos vantajosas do que as anteriormente oferecidas. A falta de transparência no processo de revisão dos contratos é uma das principais críticas, com beneficiários relatando surpresa ao serem informados sobre as alterações apenas após já terem aderido ao programa.

Ademais, este episódio destaca a importância de um diálogo transparente e de um processo de negociação que considere as reais condições e expectativas dos estudantes. Além disso, reforça a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação superior, mas também a viabilidade financeira desse acesso para as camadas mais vulneráveis da população.

Por todo o exposto, apresenta-se este requerimento de informações, instrumentalizando a função fiscalizadora desse Parlamento.

Sala das Sessões, em        de        , de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
PL/GO

